



PREFEITURA DE

CAMPOS

SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA

 **Mais
Ciência**

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS SALAS DE RECURSOS EM ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Orientador: João Henrique da Silva

Bolsista: Beatriz Piedade de Souza

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, CAMPUS CAMPOS DOS
GOYTACAZES**

2026



SUMÁRIO

RESUMO	3
ABSTRACT	4
INTRODUÇÃO	5
REVISÃO DA LITERATURA.....	7
MATERIAIS E MÉTODOS	9
RESULTADOS E DISCUSSÃO	12
1. Condições de ensino e aprendizagem nas escolas do campo	12
2. Perfil dos estudantes público da Educação Especial e organização dos atendimentos	15
3. Planejamento pedagógico e organização das práticas no Atendimento Educativo Especializado	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS	22
AGRADECIMENTOS	23

RESUMO

Esta pesquisa investigou as práticas pedagógicas desenvolvidas nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) de escolas do campo e quilombolas do município de Campos dos Goytacazes (RJ), buscando compreender a organização do trabalho pedagógico do professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e os materiais didático-pedagógicos que podem contribuir para o atendimento aos estudantes do público da Educação Especial. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, realizado por meio de visitas a 15 escolas do campo entre julho e dezembro de 2025, com observação participante registrada em diário de campo, análise documental e levantamento do perfil dos estudantes atendidos. Os resultados evidenciaram avanços na oferta do AEE, com a presença de Salas de Recursos Multifuncionais na quase totalidade das escolas e a atuação de professores especializados, mediadores e cuidadores. Entretanto, permanecem desafios relacionados à acessibilidade arquitetônica, à utilização pedagógica dos recursos disponíveis, à articulação entre o AEE e a sala regular e à ausência de formação continuada contextualizada às especificidades do campo. Conclui-se que a garantia da inclusão escolar nos territórios rurais investigados depende da construção de um trabalho colaborativo entre os profissionais da escola e de políticas que considerem as condições concretas das escolas do campo.

Palavras-chave: Educação Especial. Educação do Campo. Atendimento Educacional Especializado. Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT

This study investigated the pedagogical practices implemented in Special Education at rural and *Quilombola* schools in the city of Campos dos Goytacazes, state of Rio de Janeiro, Brazil, seeking to understand the organization of the pedagogical work of Specialized Educational Services (SEE) teachers and the teaching that can contribute to the support of students in the Special Education population. This is a qualitative study conducted through visits to 15 rural schools between July and December 2025, involving participant observation recorded in a field book, document analysis, and a survey of the profiles of the students supported. The results revealed progress in the provision of SEE services, with Multifunctional Resource Rooms present in nearly all schools and the involvement of specialized teachers, mediators, and care providers. However, challenges remain regarding architectural accessibility, the pedagogical use of available resources, coordination between AEE and regular classrooms, and the lack of continuing education tailored to the specific context of rural areas. It is concluded that ensuring school inclusion in the rural areas investigated depends on the development of collaborative work among school professionals and on policies that take into account the specific conditions of rural schools.

Keywords: Special Education. Rural Education. Specialized Educational Services. Pedagogical Practices

INTRODUÇÃO

A Educação Especial na perspectiva inclusiva tem ampliado as discussões sobre as condições necessárias para garantir o direito à escolarização dos estudantes do público da Educação Especial, considerando não apenas o acesso à escola, mas também a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento desses sujeitos. Nesse processo, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), realizado nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), assume um papel fundamental ao oferecer recursos, estratégias e ações pedagógicas que contribuem para a eliminação de barreiras no âmbito educacional.

No contexto das escolas do campo e quilombolas, a organização dessas práticas apresenta desafios específicos, considerando as características dos territórios, das comunidades atendidas e das condições estruturais das instituições escolares. Aspectos como infraestrutura, acessibilidade, transporte escolar, disponibilidade de recursos pedagógicos e articulação entre os profissionais envolvidos influenciam diretamente a forma como o Atendimento Educacional Especializado é desenvolvido.

A política nacional de educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, completou 18 anos, atravessada por muitas disputas e movimentos, traduções e interpretações em diferentes cenários que merecem ser considerados. Desde o artigo seminal de Caiado e Meletti (2011), que denunciou a invisibilidade da escolarização de crianças e adolescentes com deficiência que vivem no campo, tanto na produção acadêmica quanto nas políticas públicas brasileiras, uma série de pesquisadoras e pesquisadores passou a investigar a Educação Especial em escolas localizadas em territórios do campo, das águas e das florestas, em diversas regiões do Brasil.

As perguntas norteadoras do estudo foram: Quais são as práticas pedagógicas realizadas nas salas de recursos localizadas em escolas do campo e quilombolas na cidade de Campos dos Goytacazes? Quais materiais didático-pedagógicos podem contribuir para o trabalho do professor das salas de recursos?

O objetivo geral inicial da pesquisa foi investigar as práticas pedagógicas realizadas nas salas de recursos de escolas municipais do campo e desenvolver estratégias didáticas e metodológicas por meio de formação continuada. Todavia, devido ao tempo disponível e à localização das escolas, não foi possível realizar formação continuada ao longo da pesquisa. Deste modo, o objetivo geral foi revisado para analisar as práticas pedagógicas realizadas nas Salas de Recursos Multifuncionais

localizadas em escolas do campo e quilombolas do município de Campos dos Goytacazes, buscando compreender como se organiza o trabalho pedagógico do professor do AEE e quais materiais didático-pedagógicos podem contribuir para o atendimento dos estudantes do público da Educação Especial.

Os objetivos específicos foram alcançados parcialmente na pesquisa. Entre os atingidos, os objetivos foram conhecer as condições de ensino e de aprendizagem nas escolas do campo e identificar as necessidades educacionais específicas do público da educação especial. Um terceiro objetivo foi cumprido parcialmente. Concerne ao mapeamento das práticas pedagógicas desenvolvidas nas salas de recursos, que poderia ser mais aprofundado se houvesse ciclos colaborativos. O último objetivo não foi atingido porque exigia o desenvolvimento de estratégias didáticas e metodológicas a serem implementadas nos ciclos colaborativos com os professores do AEE. Este pode ser implementado em parceria com a Escola de Formação de Educadores do município.

O método de pesquisa precisou ser alterado para uma abordagem qualitativa, realizada por meio de visitas às unidades escolares investigadas, observação das práticas pedagógicas, análise de registros e levantamento de informações sobre a organização das Salas de Recursos Multifuncionais, os profissionais envolvidos, os recursos utilizados e os estudantes atendidos.

Os resultados do estudo estão organizados em três seções. A primeira seção apresenta as condições de ensino e aprendizagem, considerando aspectos relacionados à infraestrutura, à acessibilidade arquitetônica, ao funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais, ao transporte escolar e aos profissionais de apoio. A segunda caracteriza os estudantes atendidos nas unidades investigadas e apresenta a organização dos atendimentos realizados. A terceira seção discute o planejamento pedagógico desenvolvido no AEE, incluindo as estratégias utilizadas pelo professor especializado, a construção do Plano Educacional Individualizado (PEI), a atuação dos mediadores e cuidadores, os recursos pedagógicos e a articulação entre o AEE e os professores da classe regular.

Os resultados indicaram que as práticas pedagógicas desenvolvidas nas Salas de Recursos envolvem o planejamento de atividades específicas, a adaptação de estratégias, o uso de recursos pedagógicos e o acompanhamento das necessidades individuais dos estudantes. Observou-se também que o professor do AEE desempenha um papel importante na orientação dos profissionais que acompanham os estudantes, contribuindo para a continuidade das ações pedagógicas no cotidiano escolar.

Entretanto, a pesquisa também evidenciou desafios relacionados à articulação

entre o Atendimento Educacional Especializado e a sala regular, às condições estruturais das escolas e à necessidade de fortalecer as práticas colaborativas entre os profissionais envolvidos. Nesse sentido, compreender a realidade das Salas de Recursos em escolas do campo e quilombolas permite refletir sobre as possibilidades e os limites da inclusão escolar nesses territórios.

REVISÃO DA LITERATURA

O levantamento da produção acadêmica sobre Educação Especial e Educação do Campo em Campos dos Goytacazes evidencia que, embora existam estudos relevantes sobre cada uma dessas modalidades de ensino, as pesquisas que investigam a interface entre ambas ainda são escassas. O conjunto de trabalhos identificados evidencia preocupações recorrentes relacionadas à formação docente, às políticas públicas, às práticas pedagógicas e às condições de escolarização de sujeitos historicamente excluídos, constituindo um importante referencial para compreender o objeto desta pesquisa.

Entre os estudos localizados, destaca-se a dissertação de Juliana Trigueiro Caroca de Queiroga Lopes (2008), intitulada "A formação docente nas políticas educacionais inclusivas: um desafio prático", desenvolvida na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). A autora teve como objetivo problematizar a distância entre os princípios das políticas educacionais inclusivas e as condições concretas de trabalho docente, bem como discutir os desafios enfrentados pelos professores para transformar a inclusão em prática pedagógica cotidiana. Os resultados evidenciaram que a efetivação da inclusão escolar depende não apenas da matrícula dos estudantes na escola regular, mas também da reorganização do trabalho pedagógico, de investimentos em formação docente e de melhores condições institucionais de funcionamento. Esses resultados dialogam diretamente com a presente pesquisa ao indicar que a existência das Salas de Recursos Multifuncionais, por si só, não assegura práticas inclusivas efetivas.

No campo da Educação do Campo, destaca-se a dissertação de Gabriela Pereira Galdino (2023), intitulada "Formação Continuada no Programa Escola da Terra: a experiência dos educadores de classes multisseriadas no município de Angra dos Reis/RJ", defendida na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Embora tenha como lócus o município de Angra dos Reis, a pesquisa apresenta dados e reflexões

relevantes para a realidade fluminense, destacando a importância da formação continuada para docentes que atuam em escolas do campo. Seu objetivo consistiu em analisar as contribuições do Programa Escola da Terra para a formação de professores de classes multisseriadas. Os resultados demonstraram que, apesar da relevância da proposta, sua implementação é descontínua e insuficiente. Além disso, a autora evidencia que aproximadamente 62% das escolas da rede municipal de Campos dos Goytacazes pertencem à modalidade de Educação do Campo, o que reforça a relevância social e educacional das pesquisas desenvolvidas nesse contexto.

Outro trabalho relevante é o estudo de Daniele Ribeiro dos Santos e Beatriz Perez (2023), intitulado "Os efeitos da falta de educação no campo: uma análise do processo educacional de crianças camponesas de 6 a 12 anos", publicado nos Anais do Congresso Fluminense de Iniciação Científica e Tecnológica. As autoras buscaram compreender os efeitos da ausência de educação contextualizada no desenvolvimento escolar de crianças camponesas. Como principal resultado, demonstraram que a desarticulação entre escola e território favorece processos de culpabilização das famílias e de medicalização das dificuldades escolares, deslocando para os estudantes problemas decorrentes das próprias condições estruturais da educação ofertada. Essa discussão contribui para a compreensão crítica dos elevados índices de laudos e encaminhamentos observados entre estudantes do público-alvo da Educação Especial nas escolas do campo investigadas nesta pesquisa.

Mais recentemente, Verônica Sabrina da Silva Moço, Priscila da Silva Moço e Larissa Cristina Cruz Brum (2026) publicaram, na Revista Vértices, o artigo "Educação Inclusiva e Formação Inicial: um olhar na matriz curricular dos cursos de licenciatura em instituições públicas de Campos dos Goytacazes". O estudo analisou a presença da temática da inclusão escolar nos currículos das licenciaturas oferecidas pelas instituições públicas do município. Os resultados revelaram que a formação inicial ainda apresenta espaço reduzido para conteúdos específicos relacionados à Educação Especial, o que indica a necessidade de revisão curricular e de ampliação da preparação dos futuros professores para o trabalho pedagógico inclusivo. Os achados ajudam a compreender uma das dificuldades identificadas nesta pesquisa: a limitada articulação entre professores da classe comum e do Atendimento Educacional Especializado, bem como a percepção recorrente do Plano Educacional Individualizado como mero instrumento burocrático.

Em conjunto, essas pesquisas evidenciam que os desafios da Educação Especial e da Educação do Campo envolvem questões estruturais relacionadas à formação

docente, às políticas públicas, às condições de trabalho, à organização pedagógica e à garantia do direito à educação. Entretanto, o levantamento bibliográfico evidencia uma lacuna importante: não há estudos que analisem, de forma sistemática, as práticas pedagógicas desenvolvidas nas Salas de Recursos Multifuncionais das escolas do campo de Campos dos Goytacazes, articulando simultaneamente as especificidades da Educação Especial e da Educação do Campo. É justamente nessa lacuna que a presente pesquisa se insere, buscando compreender como o Atendimento Educacional Especializado vem sendo organizado nesses territórios e quais possibilidades existem para a construção de práticas pedagógicas contextualizadas às realidades rurais.

MATERIAIS E MÉTODOS

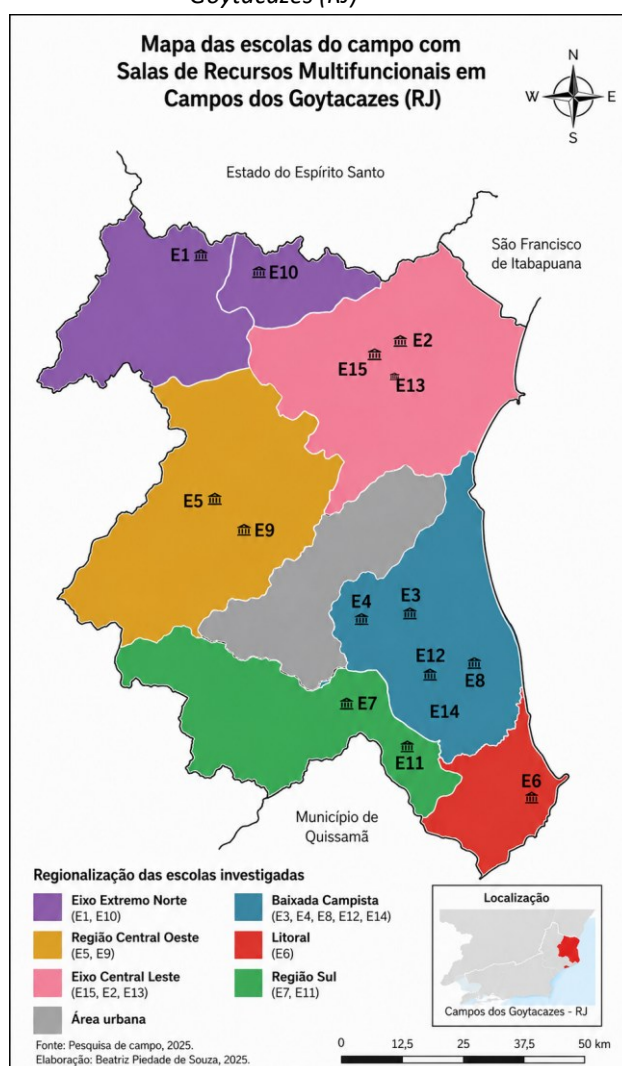
A pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, por compreender que a produção do conhecimento ocorre em diálogo com os sujeitos participantes e com o contexto investigado. Segundo Esteban (2010), a pesquisa qualitativa constitui uma atividade sistemática orientada à compreensão em profundidade de fenômenos socioeducativos, à transformação de práticas e de cenários e à construção de um corpo organizado de conhecimentos, caracterizando-se pela atenção ao contexto e pelo caráter interpretativo na leitura da realidade investigada.

O estudo foi realizado em 15 escolas municipais do campo, localizadas no município de Campos dos Goytacazes (RJ), abrangendo unidades que oferecem o Atendimento Educacional Especializado (AEE) por meio de Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs). A pesquisa de campo foi realizada entre julho e dezembro de 2025. Do total de 120 escolas municipais localizadas na zona rural do município, foram selecionadas as 15 unidades já identificadas, em etapa anterior da pesquisa, junto à Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, por ofertarem o Atendimento Educacional Especializado em Salas de Recursos Multifuncionais. As demais escolas rurais da rede, embora integrem a Educação do Campo, não dispõem de SRM em funcionamento e não foram incluídas nesta etapa da investigação.

A rede municipal de ensino de Campos dos Goytacazes conta com 231 escolas municipais, das quais 120 estão localizadas na zona rural, distribuídas por diferentes distritos e comunidades do município. As 15 escolas participantes desta pesquisa estão inseridas nesse conjunto mais amplo, que abrange distintas regiões do território rural,

o que evidencia a diversidade de realidades e distâncias enfrentadas pelas comunidades atendidas. Para preservar a identidade das instituições, optou-se por não identificar as escolas por nome, as quais foram agrupadas em seis regiões do município: Eixo Extremo Norte (E1, E10), Região Central Oeste (E5, E9), Eixo Central Leste (E15, E2, E13), Baixada Campista (E3, E4, E8, E12, E14), Litoral (E6) e Região Sul (E7, E11), conforme representado na figura 1.

Figura 1 – Mapa das escolas do campo com Salas de Recursos Multifuncionais em Campos dos Goytacazes (RJ)



Participaram da pesquisa gestores escolares e professores da classe comum e do

Atendimento Educacional Especializado, que contribuíram com informações sobre a organização das escolas, as práticas pedagógicas adotadas e as condições de atendimento aos estudantes do público da Educação Especial. Para preservar a identidade das instituições e dos participantes, as escolas foram identificadas por códigos alfanuméricos ao longo da pesquisa

A produção dos dados ocorreu por meio de observação participante, registrada em diário de campo durante as visitas às unidades escolares, o que possibilitou acompanhar a dinâmica institucional, as práticas pedagógicas e a organização do Atendimento Educacional Especializado. Também foi realizada análise documental, com base em registros disponibilizados pelas escolas e em informações extraídas do Portal PAE/SIPAE, além do levantamento de dados sobre as matrículas dos estudantes do público-alvo da Educação Especial.

Foram analisadas as condições de infraestrutura e de acessibilidade das escolas, a organização e o funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais, os recursos pedagógicos e tecnológicos disponíveis, a atuação dos profissionais de apoio (mediadores e cuidadores), as formas de articulação entre os professores do AEE e da classe comum, o planejamento pedagógico, incluindo o Plano Educacional Individualizado (PEI), e a organização do transporte escolar dos estudantes atendidos.

Além disso, procedeu-se ao levantamento do perfil dos estudantes do público da Educação Especial matriculados nas 15 escolas investigadas, totalizando 373 estudantes. Foram considerados dados referentes ao quantitativo de matrículas, tipos de deficiência ou transtornos informados, frequência ao Atendimento Educacional Especializado, existência de laudos, estudantes em processo de investigação diagnóstica, atendimentos externos, acompanhamento por serviços de saúde e disponibilidade de profissionais de apoio.

Os dados produzidos foram organizados em quadros e tabelas e submetidos à análise temática qualitativa, mediante leitura sistemática dos registros de campo, dos documentos institucionais e das informações fornecidas pelos participantes.

A interpretação dos resultados foi orientada pelos referenciais teóricos da Educação Especial e da Educação do Campo, com o objetivo de compreender as condições de oferta do Atendimento Educacional Especializado, as práticas pedagógicas desenvolvidas e os desafios à garantia do direito à educação inclusiva nos contextos rurais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta os resultados da pesquisa organizados em três eixos: as condições de ensino e aprendizagem nas escolas do campo investigadas; o perfil do público de estudantes da Educação Especial atendidos nas Salas de Recursos Multifuncionais; e a organização do planejamento pedagógico no Atendimento Educacional Especializado.

1. Condições de ensino e aprendizagem nas escolas do campo

Esta seção apresenta os resultados sobre as condições de ensino e aprendizagem presentes nas escolas do campo investigadas, considerando infraestrutura, acessibilidade, organização das Salas de Recursos Multifuncionais, transporte escolar, profissionais de apoio, articulação intersetorial e formação continuada.

A infraestrutura escolar compreende as condições físicas e organizacionais que possibilitam o funcionamento da escola e o desenvolvimento das atividades pedagógicas. Envolve aspectos como a estrutura predial, a conservação dos espaços, as salas de aula, os ambientes destinados ao atendimento especializado e as condições adequadas à participação dos estudantes do público-alvo da Educação Especial nas atividades escolares.

Os dados evidenciaram diferentes condições estruturais entre as unidades. Das 15 escolas analisadas, 5 apresentaram condições consideradas boas, enquanto 10 apresentaram aspectos que demandam melhorias, principalmente relacionadas à conservação dos espaços físicos.

As unidades E4, E9, E12, E1 e E15 apresentaram melhores condições estruturais. Entretanto, outras escolas apresentaram limitações na manutenção dos prédios e na adequação dos ambientes escolares.

As diferenças encontradas revelam que, mesmo pertencendo à mesma rede de ensino, as escolas do campo apresentam realidades distintas quanto às condições materiais disponíveis. A infraestrutura influencia diretamente a participação dos estudantes, especialmente dos que necessitam de acessibilidade e de recursos diferenciados no processo de aprendizagem.

A acessibilidade arquitetônica refere-se às condições físicas dos espaços que garantem a circulação, a autonomia e a participação das pessoas com deficiência,

envolvendo elementos como rampas, banheiros acessíveis, portas adequadas e a eliminação de barreiras físicas.

Entre as 15 escolas investigadas, 8 apresentaram condições satisfatórias de acessibilidade (E4, E9, E12, E6, E7, E11, E15 e E13). Duas unidades apresentaram condições regulares (E8 e E10) e 5 apresentaram limitações significativas (E1, E2, E3, E5 e E14).

As principais dificuldades identificadas estavam relacionadas à ausência ou à inadequação de rampas, a problemas nos banheiros acessíveis e a barreiras que dificultam a autonomia dos estudantes.

Os resultados indicam que a existência da matrícula do estudante com deficiência não garante, por si só, sua participação plena na escola. A acessibilidade arquitetônica constitui uma condição básica para efetivar o direito à educação, pois interfere diretamente na autonomia e na permanência dos estudantes no ambiente escolar.

As Salas de Recursos Multifuncionais são espaços destinados à oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), com a finalidade de complementar ou suplementar a formação dos estudantes do público da Educação Especial, por meio de recursos pedagógicos e de estratégias específicas.

Inicialmente, 14 escolas possuíam SRM. Durante o período da pesquisa, a escola E15 passou a contar com duas professoras do AEE, o que ampliou o atendimento especializado.

Quanto às condições desses espaços, 10 escolas apresentaram avaliação positiva, 3 apresentaram condições regulares (E5, E7 e E10) e 1 apresentou condições inadequadas (E14).

Apesar da existência de materiais como jogos pedagógicos, computadores, tablets e recursos sensoriais, observou-se que alguns equipamentos permanecem pouco utilizados.

A presença da Sala de Recursos representa um avanço na garantia do atendimento especializado; porém, a disponibilidade de recursos materiais não assegura sua utilização pedagógica. Os dados indicam que a formação dos professores e a organização do trabalho pedagógico são fatores fundamentais para que esses recursos contribuam efetivamente para a aprendizagem dos estudantes.

O transporte escolar é uma política pública que busca garantir o acesso e a permanência dos estudantes na escola, especialmente em territórios rurais marcados por distâncias geográficas e dificuldades de deslocamento.

Todas as 15 escolas investigadas possuem transporte escolar. Entretanto, identificou-se que os horários dos transportes podem interferir no atendimento nas Salas de Recursos Multifuncionais, reduzindo o tempo disponível para a participação dos estudantes no AEE.

Embora o transporte represente uma condição essencial para o acesso à escola, sua organização deve considerar também as demandas específicas do atendimento especializado, evitando que limitações logísticas prejudiquem a participação dos estudantes nas atividades pedagógicas.

Os profissionais de apoio escolar atuam auxiliando estudantes que necessitam de suporte nas atividades de alimentação, higiene, locomoção, comunicação e participação nas atividades escolares, conforme as necessidades específicas apresentadas.

As escolas investigadas contam com profissionais de apoio, totalizando 75 mediadores e 43 cuidadores distribuídos entre as unidades.

Entretanto, observou-se a ausência de informações sistematizadas sobre quais estudantes utilizam esses serviços e quais necessidades específicas são atendidas.

A presença desses profissionais contribui para a inclusão escolar, porém torna-se necessário fortalecer o planejamento e o acompanhamento das ações desenvolvidas, para que o apoio não se reduza apenas ao cuidado, mas também esteja articulado ao desenvolvimento pedagógico do estudante.

O trabalho intersetorial refere-se à articulação entre diferentes áreas, como educação, saúde e assistência social, com o objetivo de atender integralmente às necessidades dos estudantes.

Embora todas as escolas tenham relatado realizar ações intersetoriais, identificou-se pouca articulação efetiva com os serviços de saúde. Os encaminhamentos geralmente ocorrem, mas não há retorno sistematizado à escola sobre os atendimentos realizados.

A ausência de diálogo entre os setores limita a elaboração de estratégias conjuntas para atender às necessidades dos estudantes. A inclusão escolar exige uma rede de apoio articulada, principalmente em contextos rurais, onde o acesso a serviços pode ser mais difícil.

A formação continuada refere-se aos processos permanentes de aprendizagem profissional que possibilitam aos professores aprimorar seus conhecimentos e suas práticas pedagógicas diante das demandas do cotidiano escolar.

Todas as escolas participantes apontaram necessidade de formação continuada

em Educação Especial. Os profissionais relataram dificuldades relacionadas à acessibilidade das atividades, à compreensão das necessidades dos estudantes e à utilização dos recursos disponíveis.

Os dados evidenciam que a formação é um dos principais desafios para a consolidação de práticas inclusivas. No contexto das escolas do campo, essa formação precisa considerar não apenas a Educação Especial, mas também as características territoriais e culturais dessas comunidades.

A análise das condições de ensino e aprendizagem revelou que as escolas investigadas apresentam avanços na oferta do Atendimento Educacional Especializado, principalmente pela presença das Salas de Recursos Multifuncionais e de profissionais de apoio. Entretanto, permanecem desafios relacionados à acessibilidade arquitetônica, à utilização dos recursos pedagógicos, à articulação intersetorial e à formação continuada.

Os resultados indicam que a inclusão escolar nas escolas do campo depende não apenas da existência de serviços e recursos, mas também da construção de práticas articuladas que considerem as especificidades dos estudantes e do território em que estão inseridos.

2. Perfil dos estudantes público da Educação Especial e organização dos atendimentos

Os dados apresentados no Quadro 1 demonstram a diversidade do público atendido nas escolas do campo investigadas. Foram identificados estudantes com diferentes condições, incluindo deficiência intelectual, transtorno do espectro autista, transtorno do déficit de atenção e hiperatividade, deficiência física, deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência múltipla, entre outras, registradas pelas escolas, que não constituem o público-alvo da modalidade de Educação Especial.

Observa-se que as escolas apresentam diferenças no número de estudantes do público da Educação Especial e na organização dos atendimentos. A escola E3 apresentou o maior número de estudantes, com 62 matrículas, seguida pela E2, com 50, e pela E4, com 43. Também foram identificados diferentes níveis de participação nas Salas de Recursos Multifuncionais, o que evidencia que a oferta do Atendimento Educacional Especializado ocorre de forma distinta entre as unidades investigadas.

Quadro 1 – Perfil Estatístico dos Estudantes PEE por Escola Investigada Escola

Escola	Nº total PEE	Tipo de deficiência/transtorno (frequência)	Atendidos na SRM	Não atendidos na SRM	Com laudo	Em investigação	Atendimento externo da SRM	Acompanhamento médico	Mediadores e cuidadores	Professores do AEE
E1	41	DI (7), TEA (12), TDAH (6), DM (2)	38	03	25	14	01	20	M-05 C-03	02
E2	50	TDAH (10), TEA (22), DI (2), DF (1), TED (3), TOD (2)	25	25	44	9	—	18	M-03 C-4	01
E3	62	TEA (40), DI (2), DF (2), DM (3), DA (1)	52	10	47	13	—	60	M-07 C-03	01
E4	43	TEA (23), TDAH (12), DM (3), DI (2), DF (2), DA (2), D fala (2), DF (2), TOD, encefalopatia, S. Down, TAG, Anorexia (6)	43	—	38	01	—	18	M-08 C-06	02
E5	39	TEA (11), DI (4), TDAH (14), DM (2), DA (1)	4	35	35	02	—	—	M-07 C-05	01
E6	44	DI (13), TEA (13), TDAH (12), DM (2), DF (1), DV (1)	39	05	34	02	—	32	M-08 C-01	02
E7	30	TEA (27), DI (2), DM (1)	28	02	30	—	—	12	M-06 C-02	01
E8	25	TEA (12), DI (7), DA (3), DF (1), DV (1)	24	01	21	01	—	14	M-04 C-04	02
E9	27	TEA (15), DF (2), DF (2), DI (1), Down (1), DA (1), Câncer (1)	23	04	22	05	01	21	M-03 C-01	01
E10	29	DI (9), TEA (3), TDAH (13), Dislexia (2), TOD (1)	12	17	29	01	—	01	M-06 C-00	01
E11	21	DI (12), TEA (2), TDAH (3), DM (1)	12	09	20	03	—	12	M-02 C-01	01
E12	26	TEA (2), DI (3), TDAH (3)	24	2	19	09	02	11	M-02 C-03	01
E13	44	DI (6), TEA (5), DM (5)	18	26	15	25	03	—	M-04 C-03	01
E14	13	TEA (8), DI (1), DM (2)	13	—	12	02	—	07	M-02 C-00	01
E15	26	DI (13), TEA (7), DF (1)	0	26	21	03	—	18	M-05 C-04	00

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

A análise dos dados evidencia que a presença dos estudantes do público da Educação Especial nas escolas do campo não se limita ao acesso à matrícula, mas também envolve diferentes demandas relacionadas ao atendimento pedagógico, aos recursos disponíveis e à organização do trabalho escolar.

Os registros demonstram que, embora as escolas apresentem Salas de Recursos

Multifuncionais e profissionais do Atendimento Educacional Especializado, há diferenças na quantidade de estudantes atendidos, na presença de profissionais de apoio e na articulação entre os diferentes serviços envolvidos no acompanhamento desses alunos.

Essa realidade indica que a garantia da inclusão escolar depende de uma organização pedagógica que considere as especificidades dos estudantes e estabeleça relações entre o ensino comum, o Atendimento Educacional Especializado e os demais apoios necessários. Dessa forma, os dados apresentados permitem compreender como a Educação Especial se organiza no contexto das escolas do campo investigadas, evidenciando avanços, mas também desafios relacionados à efetivação das práticas inclusivas.

3. Planejamento pedagógico e organização das práticas no Atendimento Educacional Especializado

O conceito de práticas pedagógicas refere-se ao conjunto de ações, estratégias e escolhas didáticas mobilizadas pelo professor para promover o processo de ensino e de aprendizagem, articulando os saberes cotidianos e científicos, os objetos culturais e os signos apresentados ao estudante, de modo a favorecer o desenvolvimento das funções psíquicas superiores do público da Educação Especial (Rosseti, 2021).

Segundo Souza (2005), a prática pedagógica não se limita à aplicação de técnicas ou métodos de ensino, mas está relacionada às condições sociais, históricas, culturais e políticas em que a escola está inserida e é construída nas relações entre professores, estudantes, conhecimento e contexto social. Nesse sentido, a análise a seguir considera o planejamento realizado pelos professores do AEE, a organização dos recursos utilizados e a articulação com os demais profissionais da escola.

As observações realizadas indicaram que o planejamento do AEE se baseia na identificação das necessidades dos estudantes atendidos, considerando suas características, habilidades e dificuldades observadas no processo de escolarização.

O planejamento envolve a organização de atividades específicas, a seleção de recursos pedagógicos e a definição de estratégias que visam favorecer a participação e a aprendizagem dos estudantes. Entretanto, observou-se que esse planejamento nem sempre se articula ao da sala regular, o que evidencia a necessidade de maior integração entre os profissionais envolvidos no processo educativo.

Os dados evidenciaram que o Plano Educacional Individualizado (PEI) tem potencial para organizar objetivos, estratégias e formas de acompanhamento individualizadas. Entretanto, sua utilização difere entre as escolas, e observa-se que, em alguns contextos, o documento ainda permanece restrito ao registro formal, sem estar totalmente integrado às práticas desenvolvidas na sala de aula.

Essa situação demonstra a importância de compreender o PEI não apenas como um documento administrativo, mas também como um instrumento de orientação pedagógica, construído de forma colaborativa entre o professor do AEE, o professor regente e os demais profissionais envolvidos.

Durante as visitas, observou-se que os professores do AEE desenvolvem um trabalho de orientação junto aos mediadores e cuidadores, contribuindo para que esses profissionais compreendam as necessidades dos estudantes e as estratégias a adotar no acompanhamento diário.

Observou-se que essa orientação não ocorre apenas nos momentos de atendimento na Sala de Recursos Multifuncionais. Mesmo nos dias em que determinados estudantes não têm atendimento no AEE, os professores orientam os mediadores e cuidadores, o que favorece a continuidade das estratégias pedagógicas no espaço escolar.

Essa relação demonstra a importância do professor do AEE como articulador das práticas inclusivas, ultrapassando o atendimento individualizado na SRM e contribuindo para a organização do apoio aos estudantes.

As escolas investigadas dispõem de diferentes recursos destinados ao Atendimento Educacional Especializado, incluindo materiais adaptados, jogos pedagógicos, recursos de tecnologia assistiva e materiais específicos, de acordo com as necessidades dos estudantes.

A utilização desses recursos está relacionada ao planejamento do professor do AEE e às características dos alunos atendidos. Entretanto, observou-se que a disponibilidade dos materiais, por si só, não garante sua efetividade; é necessária a mediação pedagógica para que esses recursos contribuam para o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes.

Os dados indicam que a articulação entre o AEE e a sala regular ocorre de diferentes formas nas escolas investigadas. Em alguns contextos, observa-se diálogo entre os profissionais e troca de informações sobre as necessidades dos estudantes. Entretanto, também foram identificadas situações em que essa comunicação ocorre de forma limitada, fazendo com que o AEE e o ensino regular funcionem de forma paralela.

Essa realidade evidencia que a inclusão escolar depende não apenas da existência da Sala de Recursos Multifuncionais, mas também da construção de um trabalho colaborativo entre todos os profissionais envolvidos.

Por isso, esta pesquisa recomenda a realização de uma formação continuada que trabalhe da seguinte maneira:

- a) Revisão coletiva sobre o Plano Educacional Individualizado (PEI) como instrumento pedagógico construído entre o professor do AEE e o professor da classe comum, e não apenas como registro burocrático, considerando as necessidades específicas dos estudantes, a cultura escolar, os territórios e a identidade da comunidade;
- b) Reflexão crítica sobre as estratégias de articulação entre o trabalho desenvolvido na Sala de Recursos Multifuncional e o planejamento da sala regular, com a elaboração de protocolos de trabalho colaborativo.
- c) Orientação sobre o uso pedagógico dos recursos e materiais já disponíveis nas escolas, bem como produção e aquisição de novos materiais e recursos após o reexame do PEI;
- d) Apropriação da identidade e do projeto político-pedagógico da Educação do Campo na gestão escolar e no trabalho pedagógico, incorporando as características territoriais e culturais das comunidades atendidas ao planejamento do AEE;
- e) Fortalecimento da articulação entre a escola, os serviços de saúde e a rede de apoio intersetorial, com retorno sistematizado de informações à unidade escolar, mediante a adoção de um protocolo intersetorial que otimize o atendimento às necessidades dos sujeitos que vivem do e no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Campos dos Goytacazes apresenta uma realidade educacional e política muito diferente da de outras cidades do estado do Rio de Janeiro. Em termos de políticas educacionais, o município busca atender às reivindicações de professores, gestores e políticos da região. Inclusive, o município procura cumprir as especificidades da educação especial e da educação do campo.

Esta pesquisa constatou a necessidade de fortalecer a interface entre a Educação Especial e a Educação do Campo nas escolas rurais no município. Demanda um trabalho conjunto que integre informações, dados e protocolos entre as coordenações ou setores da secretaria da educação, para um melhor acompanhamento dos estudantes do público da educação especial que estudam e vivem no campo.

Há espaço para a atuação de outros setores da prefeitura municipal, a fim de garantir melhores condições de infraestrutura, acessibilidade, trabalho e formação docente nas escolas rurais, desde que haja avaliação das necessidades e escuta ativa dos professores, dos estudantes e da comunidade escolar.

O presente trabalho teve um cronograma que não foi cumprido na íntegra, devido a desafios nas visitas às escolas, bem como na organização dos ciclos colaborativos. O transporte público na região ainda é precário. Houve necessidade de arcar com os próprios custos de mobilidade e de alimentação. As escolas, em geral, receberam positivamente a visita da pesquisadora iniciante. Por outro lado, alguns professores e/ou gestores não dispunham de tempo hábil para o aprofundamento das questões da pesquisa, bem como para o cumprimento de seus objetivos.

Um dos maiores desafios foi reunir os professores para o ciclo colaborativo, pois houve dificuldades de diferentes ordens, como logística, mobilidade, conexão à internet, jornada dupla ou tripla e espaço para a realização.

Apesar dos desafios, as perguntas norteadoras deste estudo foram respondidas ao longo da pesquisa, ainda que de forma parcial em relação ao objetivo inicial de desenvolver estratégias didáticas para a formação continuada, etapa que não pôde ser realizada no prazo previsto.

Os resultados evidenciaram que as práticas desenvolvidas pelos professores do Atendimento Educacional Especializado envolvem o planejamento de atividades específicas, a elaboração de estratégias pedagógicas, a adaptação de recursos, o acompanhamento individualizado dos estudantes e a orientação aos profissionais que participam do processo educativo.

Observou-se que o professor do AEE exerce uma função que vai além do atendimento prestado no espaço físico da Sala de Recursos Multifuncionais, pois também participa da organização das ações pedagógicas, em conjunto com os mediadores, cuidadores e demais profissionais da escola. As orientações desses profissionais contribuem para que as estratégias de atendimento se mantenham ao longo de outros momentos da rotina escolar.

Em relação aos materiais didático-pedagógicos que podem colaborar no trabalho

do professor de salas de recurso, identificou-se que recursos adaptados e acessíveis, materiais concretos, jogos pedagógicos, tecnologias assistivas e instrumentos organizadores do planejamento podem favorecer o desenvolvimento das atividades propostas pelo AEE. Entretanto, a utilização desses materiais depende da relação entre os recursos, as necessidades dos estudantes e os objetivos pedagógicos definidos pelo professor da classe comum e pelo AEE.

A pesquisa também revelou que, embora as Salas de Recursos Multifuncionais representem um importante espaço de apoio à inclusão escolar, ainda persistem desafios relacionados às condições estruturais das escolas, à articulação entre o AEE e a sala regular e à construção de um trabalho coletivo entre os profissionais envolvidos.

A inclusão escolar nas escolas rurais em CG está em processo gradual de garantir as condições de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes PEE, o que exige investimento num trabalho colaborativo pedagógico, com a participação ativa da comunidade, bem como processos de formação continuada efetivamente contextualizados e que valorizem os saberes do campo.

O PEI necessita estar articulado com a realidade do campo e constituir um processo de colaboração entre o professor do AEE e o da classe comum que dialogue com as necessidades educacionais específicas dos sujeitos que vivem e estudam no campo.

Dessa forma, compreende-se que as práticas pedagógicas desenvolvidas nas Salas de Recursos das escolas investigadas apresentam possibilidades significativas de favorecer a aprendizagem dos estudantes do público da Educação Especial, mas sua efetividade está relacionada às condições oferecidas pela escola e à organização colaborativa do trabalho pedagógico.

Por fim, destaca-se a importância de fortalecer políticas e práticas que considerem as especificidades das escolas do campo e quilombolas, garantindo que os recursos, estratégias e atendimentos desenvolvidos estejam articulados às realidades dos estudantes e dos territórios em que estão inseridos.

A pesquisa também aponta novas questões a serem aprofundadas em estudos futuros, como a efetividade do Plano Educacional Individualizado quando construído de forma colaborativa entre AEE e a classe comum, e os efeitos de uma formação continuada contextualizada às escolas do campo sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas nas Salas de Recursos. Recomenda-se, assim, a continuidade da investigação por meio da realização dos ciclos colaborativos previstos no projeto original, em parceria com a Escola de Formação de Educadores do município.

REFERÊNCIAS

CAIADO, Kátia Regina Moreno; MELETTI, Sílvia Márcia Ferreira. Educação especial na educação do campo: 20 anos de silêncio no GT 15. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 17, p. 93-104, maio/ago. 2011. Edição Especial.

ESTEBAN, M. P. S. *Pesquisa qualitativa em Educação*. Porto Alegre: AMGH, 2010.

GALDINO, Gabriela Pereira. *Formação Continuada no Programa Escola da Terra: a experiência dos educadores de classes multisseriadas no município de Angra dos Reis/RJ*. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, 2023.

LOPES, Juliana Trigueiro Caroca de Queiroga. *A formação docente nas políticas educacionais inclusivas: um desafio prático*. Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2008.

MOÇO, Verônica Sabrina da Silva; MOÇO, Priscila da Silva; BRUM, Larissa Cristina Cruz. Educação Inclusiva e Formação Inicial: um olhar na matriz curricular dos cursos de licenciatura em instituições públicas de Campos dos Goytacazes. *Revista Vértices*, v. 28, n. 1, p. e28123522, 2026.

ROSSETI, N. Práticas pedagógicas e suas relações com o desenvolvimento das funções psíquicas superiores de alunos do público-alvo da Educação Especial. In: DRAGO, R.; ARAÚJO, M. P. M.; DIAS, I. R. (Org.). *Inclusão de pessoas com deficiência e de transtornos globais do desenvolvimento em espaços-tempos educativos: reflexões e possibilidades*. Campos dos Goytacazes: Encontrografia, 2021. p. 165-186.

SANTOS, Daniele Ribeiro dos; PEREZ, Beatriz. Os efeitos da falta de educação no campo: uma análise do processo educacional de crianças camponesas de 6 a 12 anos. In: CONGRESSO FLUMINENSE DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 15., 2023, Campos dos Goytacazes. *Anais [...]*. Campos dos Goytacazes: Galoá, 2023.

SOUZA, Maria Antônia de. Prática pedagógica: conceito, características e inquietações. In: IV ENCONTRO IBERO-AMERICANO DE COLETIVOS ESCOLARES E REDES DE PROFESSORES QUE FAZEM INVESTIGAÇÃO NA SUA ESCOLA, 4., 2005, Lajeado. *Anais [...]*. Lajeado: UNIVATES, 2005. p. 1-7.



PREFEITURA DE
CAMPOS

SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA



Lamego
Campos dos Goytacazes



**Mais
Ciência**

AGRADECIMENTOS

Aos professores e gestores das escolas rurais de Campos dos Goytacazes, bem como às coordenações pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia.